PETROBRAS

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 foi desafiador para a Petrobras Biocombustível diante de uma conjuntura adversa. O ano foi marcado pelo trabalho visando a melhorar o desempenho operacional e financeiro da companhia.

Por atuar em um mercado competitivo, como é o dos bicombustíveis, foi necessário realizar uma atualização da estrutura e dos processos da companhia, para compatibilizar os custos de operação com os recursos gerados.

Simplificamos a estrutura organizacional e tornamos a gestão da companhia mais horizontal, por meio da redução de funções gerenciais. Com essas mudanças, temos buscado aprimorar as atividades operacionais das áreas de negócio e consolidar o conceito de prestação de serviços entre diretorias.

No segmento de biodiesel, a Petrobras Biocombustível, junto com a investida BSBIOS, entregou um volume 17,4% maior do que o de 2014. Com uma série de ações, realizamos diversas melhorias em nossas usinas próprias, ampliando a confiabilidade dos nossos sistemas de produção.

No segmento de etanol, apesar de uma diminuição de 5% na produção, em virtude de condições climáticas adversas, especialmente no estado de São Paulo, mantivemos uma posição relevante no mercado brasileiro.

Na sequência, apresentamos nosso Relatório da Administração, que sintetiza nossas principais realizações no ano de 2015, e nossas Demonstrações Contábeis.

Luiz Fernando Marinho Nunes
Presidente da Petrobras Biocombustíveltível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2015

A Petrobras Biocombustível, sempre buscando maior sustentabilidade para o negócio de biocombustíveis, concentrou seus esforços na implementação de ações para aumentar a eficiência operacional, reduzir custos e melhorar a competitividade.

1.1 Etanol

Por meio das suas três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira (GO) e Bambuí (MG) –, a Petrobras Biocombustível atingiu a marca de 1,18 milhão de metros cúbicos de etanol produzidos.

A Nova Fronteira, que vem apresentando regularmente alta produtividade agrícola, moeu 4,8 milhões de toneladas de cana e produziu 393 mil m³ de etanol. Com elevada eficiência operacional, a Usina Boa Vista, que pertence à investida, se manteve como a maior produtora exclusiva de etanol no País. O volume de energia elétrica exportado foi praticamente igual ao de 2014, com elevação de 1%.

A Bambuí Bioenergia, apesar de ter aumentado a moagem de cana em 8% e a produção de etanol em 11%, em comparação com o ano anterior, apresentou resultados negativos, impactando a financiabilidade do negócio.

Os resultados da Guarani foram os mais afetados pelas condições climáticas adversas. A investida apresentou queda na moagem de cana, em virtude do início antecipado da temporada de chuvas, o que prejudicou a safra, especialmente no Estado de São Paulo. Mesmo assim, moeu 20,1 milhões de toneladas de cana e produziu 681 mil m³ de etanol, números significativos no contexto da produção brasileira do biocombustível. A Petrobras Biocombustível integralizou, em janeiro de 2016, o último aporte do acordo de investimento no valor de R$ 268,1 milhões, aumentando sua participação acionária na Guarani de 42,95% para 45,97%.

Os números totais do segmento de etanol estão resumidos na tabela a seguir:

PRODUÇÃO EM 2015	
Moagem de Cana	**26.134.818 t**
Produção de Etanol	**1.177.652 m³**
Produção de Açúcar	**1.494.298 t**
Venda de Energia Elétrica	**1.190 GWh**

A Petrobras Biocombustível obteve, no segmento de etanol, um faturamento líquido 8% maior do que em 2014, o que é explicado pela manutenção do volume de processamento de cana e pelos preços maiores do etanol e do açúcar, compensando parcialmente a redução dos volumes e dos preços da energia elétrica vendida no mercado spot. Mesmo assim, o lucro operacional foi 26% menor, devido aos custos maiores de produção, principalmente do açúcar. Em dezembro, a Petrobras Biocombustível testou seus ativos (impairment test) no segmento de etanol e provisionou R$ 290 milhões para perda, dos quais R$ 217 milhões foram para a Guarani e R$ 73 milhões para a Bambuí. Além disso, provisionou para perda R$ 91,7 milhões referentes ao aporte de 268,1 milhões na Guarani, previsto no Acordo de Investimento e realizado em 5 de janeiro de 2016. Com isso, o resultado líquido do segmento foi de R$ 488 milhões negativos.

1.2 Biodiesel

Em 2015, a Petrobras Biocombustível implantou um plano complementar ao Programa de Aumento de Competitividade (PROAC) nas suas três usinas próprias – Montes Claros (MG), Candeias (BA) e Quixadá (CE), com iniciativas para a recuperação da integridade dos ativos, a atualização tecnológica e o aumento da disponibilidade e eficiência operacional.

A Usina de Guamaré (RN), originalmente construída para ser uma planta destinada às atividades de pesquisa e desenvolvimento, depois de ter passado por adaptações, começou a operar comercialmente em 2015. Mas, em face da baixa escala de produção, a unidade foi descontinuada depois de quatro meses de funcionamento e participação em dois leilões da ANP.

O volume vendido pelas usinas próprias foi 17,2% maior do que em 2014. Já as vendas realizadas pelas usinas pertencentes à parceira BSBIOS – Marialva (PR) e Passo fundo (RS) – foram 17,9% maiores do que no ano anterior. Os volumes vendidos foram os seguintes:

PRODUÇÃO ENTREGUE EM 2015	
Usinas Próprias	**308.250 m³**
Usinas em Parceria	**369.364 m³**

O aumento de 15% no fator de utilização das usinas viabilizou a redução dos custos fixos unitários em 4%. Os preços de venda do biodiesel maiores, que estão relacionados à adoção da mistura de 7% (B7), associados à otimização do custeio, levaram a um resultado operacional 12% melhor em relação ao ano anterior, embora ainda negativo. A Petrobras Biocombustível também testou seus ativos (*impairment test*) no segmento do biodiesel e provisionou R$ 60,9 milhões no resultado de 2015 para perda nos investimentos em suas usinas próprias.

1.3 Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível consolidou, em 2015, a atualização de sua estratégia agrícola, tornando mais eficientes as atividades relacionadas à manutenção do Selo Combustível Social (SCS) e melhorando a competitividade da companhia no mercado do biodiesel. A atuação no semiárido, que tem sido direcionada para parcerias com cooperativas de agricultores familiares, foi responsável pela aquisição de um volume três vezes maior em relação a 2014, o que representa 80% da quantidade necessária para o cumprimento das exigências do selo.

No Pará, a Belem Bioenergia Brasil, parceria da Petrobras Biocombustível com a portuguesa Galp, já comercializa cachos de frutos frescos de dendê desde 2014. O projeto, que já atingiu a marca de 42 mil hectares plantados com palma, passa por um processo de revisão. Por isso, a instalação das extratoras de óleo no Pará e a construção da planta industrial de *green diesel* em Portugal foram adiadas, ainda sem data para serem retomadas. Com a descontinuidade do projeto, a Petrobras Biocombustível provisionou R$ 245 milhões para perda com o teste de ativo (*impairment test*) da empresa.

1.4 Pesquisa e Desenvolvimento

O desenvolvimento do processo de produção do etanol celulósico prosseguiu em 2015 e foi prioridade nas pesquisas relacionadas aos biocombustíveis. Foram realizados testes para determinar as condições mais eficazes de produção e os equipamentos mais adequados. Estudos com os resíduos da cultura da palma mostraram a viabilidade técnica do uso de cachos de frutos vazios e de folhas para a produção de etanol.

Quatro refinarias da Petrobras e uma usina de biodiesel da Petrobras Biocombustível serviram de base para os testes de um biolubrificante desengripante derivado do óleo de soja. O desempenho demonstrado foi superior ao dos produtos concorrentes. Em 2015, também foram realizados testes de bancada para avaliar caminhos possíveis para a obtenção de querosene de aviação a partir de óleos vegetais.

A Petrobras Biocombustível também concluiu o desenvolvimento de seu próprio Sistema de Informações Geográficas, que permite, por meio da internet, a realização de análises geográficas, ambientais e do desempenho agrícola, fornecendo informações detalhadas que melhoram a gestão. A companhia também tem atuado no desenvolvimento de técnicas e sistemas de cultivo que contribuem para aumentar a produção e a produtividade da mamona no semiárido brasileiro, bem como na pesquisa de matérias-primas alternativas para o biodiesel, como a macaúba, por exemplo, que tem demonstrado alto potencial para a produção de óleo.

1.5 Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

A Petrobras Biocombustível concluiu, em 2015, a implantação do Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Em função disso, duas unidades da companhia, a Usina de Biodiesel de Candeias e a Usina de Biodiesel de Montes Claros, passaram pelo Processo de Avaliação de Gestão de SMS, auditoria da Petrobras que mostrou um índice de adesão de 65% às 15 Diretrizes de SMS adotadas pela holding. Também foram elaborados e implantados mais de cem padrões de gestão e diversos procedimentos operacionais. O trabalho de adequação e avaliação constante das práticas e ferramentas tem contribuído para incrementar a gestão de SMES na companhia, levando a uma operação cada vez mais segura e ambientalmente adequada.

1.6 Corporativo e Recursos Humanos

Em busca de aprimorar o desempenho e melhorar a execução do plano de negócios, a Petrobras Biocombustível passou por uma revisão de sua estrutura organizacional, reduzindo custos administrativos. A companhia também economizou 26% a mais do que o planejado com as ações do Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop).

Já o Programa de Aumento da Competitividade (Proac), que implantou iniciativas para aumentar a geração de caixa, melhorar a eficiência dos processos e obter vantagens competitivas no mercado, permitiu à empresa uma economia 26% maior do que o esperado.

Finalmente, no tocante ao desenvolvimento da força de trabalho, foram realizadas 8.705 horas de treinamento nas áreas técnica, operacional, administrativa, gerencial e de segurança, meio ambiente e saúde.

2. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

2.1 Membros do Conselho de Administração:

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campelo (Presidente do Conselho)
Arnoldo Anacleto de Campos
Jorge Celestino Ramos
Luiz Fernando Marinho Nunes
Patrick Horbach Fairon
Ricardo de Gusmão Dornelles

2.2 Membros da Diretoria Executiva:

Luiz Fernando Marinho Nunes – Presidente e Diretor de Etanol
Antônio Roberto da Silva – Diretor Administrativo e Financeiro
Ricardo Greenhalgh Barreto Neto – Diretor de Biodiesel e de Suprimento Agrícola

2.3 Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:

Wilson Rodolfo de Souza Gomes (Presidente)
André Mary Sampaio
Pricilla Maria Santana

Suplentes:

Carla Ribeiro dos Santos
Márcio Leão Coelho
Marcos Aurélio Manhães Silva

3. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.246	46
Contas a receber, líquidas	9	192.303	140.853
Estoques	10	43.202	44.454
Impostos e contribuições sociais a recuperar	11	20.821	22.350
Adiantamento a fornecedores		4.360	3.552
Outros ativos circulantes		122	89
		263.054	211.344
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamento a fornecedores		31	830
Impostos e contribuições sociais a recuperar	11	9.342	6.021
Depósitos vinculados		2.072	1.244
Outros ativos realizáveis a longo prazo	15	176.431	-
		187.876	8.095
Investimentos	12	1.344.303	2.220.666
Imobilizado	13	98.289	147.814
Intangível		125	36
		1.630.593	2.376.611
Total do ativo		**1.893.647**	**2.587.955**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	15	435.145	333.721
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	2.269	2.813
Salários, férias, encargos e participações		6.640	5.816
Cessão de recebíveis - FIDC	18	41.790	-
Outras contas e despesas a pagar		1.461	9.445
		487.305	351.795
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	367.473	23.122
Planos de pensão e saúde	20	2.045	2.047
Provisão para processos judiciais	25	1.508	1.313
Outras contas e despesas a pagar		865	865
		371.891	27.347
Patrimônio líquido	21		
Capital realizado		3.568.612	3.465.123
Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Ajustes de avaliação patrimonial		(360.942)	(38.963)
Prejuízos acumulados		(2.155.459)	(1.199.587)
		1.034.451	2.208.813
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.893.647**	**2.587.955**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETROBRAS

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita de vendas de produtos e serviços	22	768.736	623.041
Custo dos produtos vendidos	23	(844.503)	(707.440)
Prejuízo bruto		(75.767)	(84.399)
Despesas de vendas	23	(6.675)	(5.846)
Honorários da Administração	23	(4.868)	(4.585)
Despesas gerais administrativas	23	(90.897)	(107.955)
Despesas tributárias		(3.964)	(419)
Outras despesas (receitas), líquidas	24	(161.673)	(10.910)
		(268.077)	(129.715)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(343.844)	(214.114)
Resultado financeiro líquido		74.320	41.156
Despesas financeiras	26	(40.032)	(2.139)
Receitas financeiras	26	114.352	43.295
Resultado de participações em investimentos	12	(143.002)	(93.393)
Perda na recuperação de investimentos	14	(543.346)	-
Prejuízo do exercício		**(955.872)**	**(266.351)**
Prejuízo por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R$)		**(2.730,41)**	**(843,19)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Prejuízo do exercício		(955.872)	(266.351)
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde		986	(742)
Reconhecido no patrimônio líquido	20		
Itens que serão reclassificados no resultado			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão	12	(6.132)	2.023
Propriedade para investimentos	12	4.651	-
Resultados não realizados no hedge de fluxo de caixa	12	(321.484)	(9.198)
		(321.979)	(7.917)
Resultado abrangente total		**(1.277.851)**	**(274.268)**
Atribuível ao:			
Acionista da Sociedade		**(1.277.851)**	**(274.268)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial: Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**3.103.021**	**(17.760)**	**(4.573)**	**(26.473)**	**(933.236)**	**2.120.979**
Integralização de capital	362.102	-	-	-	-	362.102
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(266.351)	(266.351)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	(742)	-	(742)
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	2.023	-	-	2.023
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	(9.198)	-	(9.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**3.465.123**	**(17.760)**	**(2.550)**	**(36.413)**	**(1.199.587)**	**2.208.813**
Integralização de capital	103.489	-	-	-	-	103.489
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(955.872)	(955.872)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e Saúde	-	-	-	986	-	986
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	(6.132)	-	-	(6.132)
Propriedade para investimentos - da investida	-	-	-	4.651		4.651
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	(321.484)	-	(321.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**3.568.612**	**(17.760)**	**(8.682)**	**(352.260)**	**(2.155.459)**	**1.034.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(955.872)	(266.351)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	(2)	809
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(2.329)	(1.006)
Resultado de participações em investimentos	143.002	93.393
Perda na recuperação de investimentos	543.346	-
Depreciações e amortização	10.062	6.675
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	150	138
Perda de inventário do ativo biológico	-	9.206
Ajuste a valor justo do ativo biológico	-	(31.393)
Resultado com projetos próprios cancelados	6.672	1.183
Perda na recuperação de ativos próprios	60.927	-
Provisão para perdas contratuais	91.665	-
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL	(461)	28.894
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(28.019)	(69.674)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(1.792)	9.340
Estoques	1.713	(31.383)
Ativos biológicos	-	29.124
Outros ativos circulantes e não circulantes	(9.068)	(1.026)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(166.672)	114.920
Contas a pagar e provisões	1.019	1.179
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(544)	1.476
Outros passivos	34.791	(4.503)
Recursos líquidos aplicado nas atividades operacionais	**(271.412)**	**(108.999)**
Atividades de investimentos		
Investimentos	(124.750)	(255.466)
Imobilizado	(28.105)	(25.333)
Recebimento pela venda de ativos	-	2.843
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(21.253)	14.004
Intangível	(120)	(26)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(174.228)**	**(263.978)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital	103.489	362.102
Adiantamento para futuro aumento de capital	344.351	10.421
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	**447.840**	**372.523**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**2.200**	**(454)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**46**	**500**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**2.246**	**46**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	895.600	725.469
Descontos e abatimentos	(43)	(317)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(150)	(138)
Outras receitas, líquidas	2.647	983
	898.054	725.997
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(673.617)	(557.534)
Custo das mercadorias revendidas	(38.359)	(45.188)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(83.893)	(66.647)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(105.124)	(54.317)
Perda de inventário do ativo biológico	-	9.206
Ajuste a valor justo do ativo biológico	-	(31.393)
Resultado com projetos próprios cancelados	(6.672)	(1.183)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL	461	(28.894)
Provisão para perdas contratuais	(91.665)	-
Perda na recuperação de ativos próprios	(60.927)	-
	(1.059.796)	(775.950)
Valor consumido bruto	(161.742)	(49.953)
Retenções		
Depreciação e amortização	(10.062)	(6.675)
	(10.062)	(6.675)
Valor consumido pela Sociedade	(171.804)	(56.628)
Valor consumido recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(143.002)	(93.393)
Perda na recuperação de investimentos	(543.346)	-
Receitas financeiras	114.352	43.295
	(571.996)	(50.098)
Valor consumido a distribuir	**(743.800)**	**(106.726)**
Distribuição do valor consumido		
Pessoal		
Remuneração direta	100.707	94.825
Salários	100.707	92.825
Participação nos resultados	-	2.000
Benefícios	14.844	12.717
Vantagens	7.163	7.133
Plano de aposentadoria e pensão	2.398	1.888
Plano de saúde	3.302	1.866
FGTS	1.981	1.830
	115.551	107.542
Tributos		
Federais	8.204	6.697
Estaduais	25.143	17.860
Municipais	278	280
	33.625	24.837
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	40.032	2.139
Despesas com aluguéis	22.864	25.107
	62.896	27.246
Acionistas		
Resultado do exercício	(955.872)	(266.351)
Valor consumido distribuído	**(743.800)**	**(106.726)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Sociedade e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Sociedade") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a Sociedade poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritária e/ou minoritariamente a outras sociedades. A Sociedade poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Os prejuízos em suas operações têm gerado a necessidade de aportes por parte da Controladora para cobrir a geração operacional negativa, incluindo capital de giro, e os investimentos para a expansão dos negócios.

Durante o exercício de 2016, os aportes realizados pela Controladora para fins de investimentos, até a presente data, totalizam R$ 290.996.

1.1. Segmento de Biodiesel

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras. A Usina de Quixadá (CE) foi inaugurada em 20 de agosto de 2008 e a Usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009. As três usinas passaram a ter capacidade anual de produção de 478 milhões de litros por ano, conforme dados da ANP.

A Sociedade também possui parceria com a BSPAR – BSBIOS Participações S/A na empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das cinco unidades é de 886 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2015, a Sociedade para o segmento de biodiesel investiu, R$ 26.481 em melhorias operacionais das usinas de biodiesel para alcançar melhor eficiência operacional e processamento de sebo bovino. Adicionalmente, diante do cenário de restrição de caixa da Petrobras S.A e da limitação técnica da usina de Guamaré no que tange ao tratamento da glicerina e a recuperação do metanol, foram suspensas as atividades comerciais da usina localizada em Guamaré (RN).

1.2. Segmento de Etanol

A Sociedade possui participações societárias na Guarani S.A. (Guarani), Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nova Fronteira) e Bambuí Bioenergia S.A (Bambuí), atuando em nove usinas produtoras de etanol, açúcar e energia elétrica, em São Paulo, Goiás e Minas Gerais e em uma usina em Moçambique, na África. Essas três investidas encerraram o ano de 2015 com moagem total de 26,2 milhões de toneladas de cana e produção de 1,2 milhão de m³ de etanol e de 1,5 milhão de toneladas de açúcar. A comercialização de energia excedente, produzida com a queima de bagaço da cana, atingiu 1.190 Gigawatts-hora (GWh). Com os investimentos realizados nos últimos anos, a capacidade de processamento das usinas e a renovação e expansão dos canaviais foram ampliadas.

Adicionalmente, a Sociedade realizou em 29 de outubro de 2015 a subscrição de ações na Guarani relativa ao último aporte previsto do acordo de investimentos assinado entre as empresas em abril de 2010, e 5 de janeiro de 2016 efetuou aporte de R$ 268.096 elevando sua participação para 45,9%.

O desenvolvimento do processo de produção do etanol celulósico prosseguiu em 2015 e foi prioridade nas pesquisas relacionadas aos biocombustíveis. Foram realizados testes para determinar as condições mais eficazes de produção e os equipamentos mais adequados. Estudos com os resíduos da cultura da palma mostraram a viabilidade técnica do uso do cacho vazio da fruta e de folhas para a produção de etanol. Em 2015 foi concluída a Fase 2 do projeto Etanol 2G e não há previsão para a implantação deste investimento.

1.3. Segmento Agrícola

A Sociedade possui parceria com a Galp Bioenergy B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil, através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de *greendiesel* em Portugal. Em 2015, a Sociedade realizou aportes no valor total de R$ 124.750 na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais e liquidações parciais de seus financiamentos. Em virtude da suspensão do projeto, a Sociedade registrou uma provisão para perda por *impairment* no valor de R$ 244.949.

Em outro empreendimento, com participação societária na Bioóleo Industrial e Comercial S.A. (Bioóleo), a Sociedade atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil t/ano de grãos de mamona e semirrefino de 54 mil ton/ano de óleo degomado de soja e óleo bruto de algodão.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a Sociedade possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2015		2014	
Empreendimentos controlados em conjunto	**Subscrito e integralizado**	**Votante**	**Subscrito e integralizado**	**Votante**
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Coligadas				
Bambuí Bioenergia S.A	43,58%	43,58%	43,58%	43,58%
Guarani S.A.	42,95%	42,95%	42,95%	42,95%

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 11 de abril de 2016, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Sociedade e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

3.3. Reclassificação das demonstrações contábeis

Alguns valores relativos a exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da companhia e estão detalhadas a seguir:

- Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC-NP) apresentados no ativo circulante, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para contas a receber, líquidas (nota explicativa 9);
- Despesas com ociosidade apresentadas no resultado, reclassificados de custo para outras despesas (receitas), líquidas (nota explicativa 23 e 24); e
- Apresentação dos recebíveis financeiros no fluxo de caixa, reclassificados de caixa e equivalentes de caixa para atividades de investimentos.

A seguir, os efeitos dessas reclassificações no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa:

			31.12.2014
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	15.358	(15.312)	46
Contas a receber, líquidas	125.541	15.312	140.853
Resultado			
Custo dos produtos vendidos	(720.479)	13.039	(707.440)
Outras despesas (receitas), líquidas	2.129	(13.039)	(10.910)
Demonstração do fluxo de caixa			
Resultados líquidos aplicado nas atividades operacionais	(107.993)	1.006	(108.999)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(277.982)	(14.004)	(263.978)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.452)	(12.998)	(454)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.810	28.310	500
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.358	(15.312)	46

4. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Sociedade

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras contratou em outubro de 2014 e continua em andamento a investigação interna realizada por dois escritórios independentes: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Biocombustível S.A. Até o presente momento os processos investigatórios interno e externo não identificaram nenhuma irregularidade na Petrobras Biocombustível S.A.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Instrumentos financeiros

5.1.1. *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2. *Contas a receber*

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A Sociedade reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas e outras despesas operacionais.

Os créditos com as empresas do Sistema Petrobras são registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos pelos direitos de responsabilidade tributária da Sociedade, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

5.1.3. *Instrumentos financeiros não derivativos*

A Sociedade registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- A Sociedade tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais de instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Sociedade baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

5.2. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo seu custo médio de aquisição ou de produção (método da média ponderada móvel) e estão demonstrados da seguinte forma:

- Matérias-primas - compreendem, principalmente, os estoques de oleaginosas e seus óleos, que estão demonstrados pelo custo médio de produção e de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

- Produtos - contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

- Materiais e suprimentos para manutenção e outros - representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Sociedade, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Sociedade possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Sociedade participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades Coligadas, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

5.4. Combinação de negócios e *goodwill*

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nessa Sociedade, o ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura - goodwill" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações contábeis no grupo investimento. A parcela relativa ao goodwill não é amortizada e tem seu valor recuperável testado anualmente.

5.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos como resultado do período (custo ou despesa).

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 13.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), sendo composto por softwares. Nas demonstrações contábeis, o ágio (goodwill) é apresentado no investimento.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

5.7. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Sociedade avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O ágio relativo à aquisição de participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, independentemente de haver indicativos de perda de valor, tem sua recuperação de valor testado anualmente.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Sociedade, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Sociedade. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Sociedade, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

5.8. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Sociedade adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Sociedade, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

5.11. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria e o de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço compreende: custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante seu período laboral.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A Sociedade contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

5.12. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

5.13. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, bem como o ajuste acumulado de conversão.

5.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

5.15. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Sociedade.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC´s envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperabilidade de ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas apresentadas a seguir foram utilizadas de forma consistente pela Sociedade:

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 12 e 14.

6.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 20.

6.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Sociedade com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 25.

6.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Novas Normas e Interpretações

a) Legislação tributária

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias:

- Revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

- Regulamentou o tratamento dos efeitos da adoção das normas contábeis internacionais (IFRS) na apuração dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3o, 72 a 75 e 93 a 119, que entraram em vigor na data de sua publicação.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015. Dessa forma, não houve impactos nas demonstrações 0contábeis consolidadas do exercício de 2014.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e Bancos	2.246	46
	2.246	**46**

9. Contas a receber, líquidas

	2015	2014
Clientes		
Terceiros	2.731	1.271
(-) PCLD	(905)	(755)
Partes relacionadas	151.001	123.440
Recebíveis de ativos financeiros	38.893	15.312
Outras	583	1.585
	192.303	**140.853**

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, devem ser tratadas como ativos financeiros na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A rentabilidade é atrelada à variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A taxa média de rentabilidade do fundo foi de 13,23% em 2015 (10,81% em 2014).

A exposição da Sociedade ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 28 - item a.

10. Estoques

	2015	2014
Matéria-prima	755	733
Produtos intermediários	19.159	26.420
Produtos acabados *	19.677	14.934
Materiais	5.083	4.300
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(1.472)	(1.933)
	43.202	**44.454**

* Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido graxo

11. Impostos e contribuições a recuperar

	2015	2014
ICMS	5.469	3.253
PIS/COFINS	24.000	24.514
IRRF	429	281
CSLL	-	58
Outros Impostos	265	265
	30.163	**28.371**
Impostos a recuperar - Circulante	20.821	22.350
Impostos a recuperar - Não Circulante	9.342	6.021
Total impostos a recuperar	**30.163**	**28.371**

12. Investimento

12.1. Mutação dos Investimentos

Empresa	2014	Aquisição	Resultado de Equivalência	*Impairment* Participação	*Impairment* Mais Valia	*Impairment* Ágio	Ajuste de Avaliação patrimonial	Amortização da mais valia de ativos	2015
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	15.930	-	(1.858)	-	(6.553)	(1.901)	4.651	(123)	10.146
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	432.716	-	32.975	-	-	-	-	(1.499)	464.192
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	125.765	-	(14.623)	-	-	-	-	(294)	110.848
Bambuí Bioenergia S.A	121.641	-	(53.690)	-	(1.572)	(66.380)	-	-	-
Guarani S.A.	1.376.984	-	(60.443)	-	-	(216.991)	(327.616)	(12.817)	759.117
Belem Bioenergia Brasil S.A.	147.630	124.750	(30.631)	(241.749)	-	-	-	-	-
Total	**2.220.666**	**124.750**	**(128.270)**	**(241.749)**	**(8.125)**	**(285.272)**	**(322.965)**	**(14.732)**	**1.344.303**

Empresa	2013	Aquisição	Ágio	Resultado de Equivalência	*Impairment* Mais Valia	*Impairment* Ágio	Ajuste de Avaliação patrimonial	Amortização da mais valia de ativos	2014
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	17.517	-	-	(1.464)	-	-	-	(123)	15.930
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	399.483	-	-	34.732	-	-	-	(1.499)	432.716
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	160.872	-	-	(34.801)	-	-	-	(306)	125.765
Bambuí Bioenergia S.A	152.526	-	-	(30.884)	-	-	-	-	121.641
Guarani S.A.	1.193.711	185.456	54.710	(36.901)	-	-	(7.175)	(12.817)	1.376.984
Belem Bioenergia Brasil S.A.	141.659	15.300	-	(9.329)	-	-	-	-	147.630
Total	**2.065.768**	**200.756**	**54.710**	**(78.648)**	**-**	**-**	**(7.175)**	**(14.745)**	**2.220.666**

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

12.2. Composição dos Investimento

Empresa	Participação	Ágio	Mais Valia	2015
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	7.253		2.893	10.146
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	433.612	7.284	23.296	464.192
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	51.354	52.866	6.628	110.848
Bambuí Bioenergia S.A		-	-	-
Guarani S.A.	725.141	13.056	20.920	759.117
Belem Bioenergia Brasil S.A.		-	-	-
Total	**1.217.360**	**73.206**	**53.737**	**1.344.303**

Empresa	Participação	Ágio	Mais Valia	2014
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	4.460	1.901	9.569	15.930
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	400.637	7.284	24.795	432.716
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	65.977	52.866	6.922	125.765
Bambuí Bioenergia S.A	53.690	66.380	1.571	121.641
Guarani S.A.	1.113.200	230.047	33.737	1.376.984
Belem Bioenergia Brasil S.A.	147.630	-	-	147.630
Total	**1.785.594**	**358.478**	**76.594**	**2.220.666**

12.3. Informações sobre as Investidas

	31 de dezembro de 2015				
	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Empreendimentos controlados em conjunto					
BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	102.708	(29.947)
Bioóleo Industrial e Comercial S. A.	20.440	20.440	50,00%	14.506	(3.715)
Nova Fronteira Bioenergia S. A.	858.837	837.333	49,00%	884.923	67.296
Belém Bioenergia Brasil S.A.	595.350	595.350	50,00%	483.499	(61.262)
Coligadas					
Bambuí Bioenergia S.A	124.562	124.562	43,58%	(15.241)	(138.434)
Guarani S. A.	2.727.839	569.276	42,95%	1.688.337	(140.729)

12.3.1. *Empreendimentos controlados em conjunto*

BSBios Sul Brasil

Em 1º de julho de 2011, a Sociedade adquiriu 50% da empresa BSBios Sul Brasil por R$ 144.683, sendo R$ 57.184 por meio de aporte com emissão de novas ações representativas de 19% do capital social e R$ 87.498 pela aquisição direta de ações de terceiros, representando 31% restantes. Na negociação, acordou-se uma reorganização societária, pela qual a BSBios Sul Brasil incorporou como subsidiária integral a empresa BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel S.A., cuja participação acionária era 50% PBIO e 50% BSBios Sul Brasil, passando a PBIO a ter controle indireto sobre esta empresa. Em 31 de dezembro de 2013, a BSBIOS Sul Brasil incorporou a empresa BSBIOS Marialva, tornando-a uma filial, sem aumento de capital.

Contraprestação transferida pela compra	144.683
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(91.817)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	**52.866**

Bioóleo

Em agosto de 2010, a Sociedade integralizou o montante de R$ 15.500 no capital social da Bioóleo, por meio de compra e venda de ações, passando a deter 50% do capital social.

Ainda em agosto, foram realizados aportes de R$ 6.000 para melhorias operacionais e de SMS (Segurança, Meio ambiente e Saúde), desembolsados em partes iguais pelos sócios. Em 31 de dezembro de 2011, o montante aportado totalizava R$ 18.500, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	18.500
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(16.599)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	**1.901**

Nova Fronteira

Em 18 de junho de 2010, a Petrobras Biocombustível S.A. celebrou Acordo de Investimentos com o Grupo São Martinho S.A., estabelecendo uma parceria estratégica para o crescimento da produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil, sendo constituída a Nova Fronteira.

No mercado de Etanol, em 1º de novembro de 2011, a Sociedade efetuou o aporte de R$ 173.966 na empresa Nova Fronteira, em complemento ao montante subscrito em novembro de 2010. Com isso, o seu investimento totaliza R$ 431.805, representando 49% das ações da Sociedade. A Sociedade possui o controle conjunto da empresa Nova Fronteira, que atua na produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil.

O percentual de participação da Petrobras Biocombustível S.A. é de 49%, correspondentes aos aportes de R$ 431.805, detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	431.805
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(424.521)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	**7.284**

Belem Bioenergia Brasil

Em 18 de janeiro de 2013, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% da empresa Belem Bioenergia Brasil S.A. pela quantia de R$ 49.463, passando a operar em conjunto com a Galp Bioenergy B.V. o empreendimento para a produção de óleo de palma como matéria-prima para a produção de *greendiesel* em Portugal. Foram subscritas e integralizadas novas ações no ano de 2013 (R$ 98.232), em 2014 (R$ 13.600) e em 2015 (R$ 124.750) para cada sócio, mantendo-se o compartilhamento do controle da investida.

O empreendimento, em fase de instalação, envolve o plantio de 60 mil hectares de palma para a produção de 335 mil toneladas de óleo de palma.

A avaliação dos investimentos resultou no reconhecimento de perda por desvalorização de R$ 244.949 decorrente das mudanças no Plano de Negócios e Gestão no horizonte 2015-2019.

12.3.2. Coligadas

Bambuí

Em 2009, a Sociedade celebrou um acordo de investimento para integralização de capital na Bambuí, adquirindo a participação de 43,58% com aportes de R$ 154.764 até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo foi concluída, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	154.764
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(88.384)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	**66.380**

Guarani

Em 2010, a Sociedade celebrou um acordo de investimento com a Tereos Internacional, ingressando no capital social da Guarani e adquirindo a participação de 31,44% com aportes de R$ 877.951 até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo da Guarani foi concluída, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	877.951
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(798.548)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	**79.403**

12.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas
	País	País
Ativo Circulante	995.669	2.057.314
Ativo Realizável a Longo Prazo	284.524	3.139.387
Imobilizado	1.929.251	2.441.006
Outros Ativos Não Circulantes	124.058	13.497
	3.333.502	**7.651.204**
Passivo Circulante	979.621	1.790.819
Passivo não Circulante	868.244	4.227.906
Patrimônio Líquido	1.002.139	1.673.096
Participação de Acionistas não Controladores	483.499	(40.616)
	3.333.503	**7.651.204**
Receita Operacional Líquida	2.665.214	2.262.152
Lucro Líquido do Exercício	(27.630)	(279.163)
Percentual de Participação Mínimo	49,00%	42,95%
Percentual de Participação Máximo	50,00%	43,58%

13. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2015 estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**79.478**	**8.615**	**45.016**	**133.109**
Adições	-	1.365	23.968	25.333
Baixas	-	(4.000)	(26)	(4.026)
Transferências	20.988	391	(21.379)	-
Depreciação	(5.398)	(1.204)	-	(6.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**95.068**	**5.167**	**47.579**	**147.814**
Custo	113.254	8.352	47.579	169.185
Depreciação acumulada	(18.185)	(3.186)	-	(21.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**95.069**	**5.166**	**47.579**	**147.814**
Adições	-	1.624	26.481	28.105
Baixas	-	(149)	(6.523)	(6.672)
Transferências	48.908	-	(48.908)	-
Depreciação	(9.016)	(1.015)	-	(10.031)
Impairment - constituição	(52.130)	-	(8.797)	(60.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**82.831**	**5.626**	**9.832**	**98.289**
Custo	110.032	9.827	9.832	129.691
Depreciação acumulada	(27.201)	(4.201)	-	(31.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**82.831**	**5.626**	**9.832**	**98.289**
Tempo de vida útil médio em anos	(5 a 50 anos) (exceto terrenos)	(5 a 10 anos)		

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Sociedade e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em benfeitorias por parte da Sociedade.

As benfeitorias realizadas pela Sociedade são depreciadas pela sua vida útil, seguindo o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Controladora.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam em 31 de dezembro de 2015 o montante de R$45.489 referem-se, principalmente: (i) melhorias nas usinas de biodiesel visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transesterificação e *off-site*; (ii) adequações do parque de tancagem; e (iii) ampliações nas instalações prediais.

14. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

14.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com indício de desvalorização, a Sociedade priorizou o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo ou do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Sociedade para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) pós imposto. A definição de unidades geradoras de caixa (UGCs) está descrita na nota explicativa 5.7.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGC's foram: i) taxa de desconto de 9,3% para 2015 (7,3% em 2014); ii) aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais; iii) aplicação de novos spreads em relação ao óleo de soja Paranaguá e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido a novas condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade identificou a necessidade de testes de perda por desvalorização para determinados ativos e unidades geradoras de caixa. As perdas oriundas dos testes realizados foram reconhecidas em outras despesas líquidas. Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

Ativo	Valor contábil líquido	Valor Recuperável	Perda por desvalorização
Usinas de Biodiesel	161.937	101.010	60.927

14.2. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 15 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da Sociedade e suas investidas; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

A avaliação dos investimentos resultou no reconhecimento de perda por desvalorização de R$ 543.346, apurada pela avaliação do teste de *Impairment*, decorre principalmente: (i) pela elevação da taxa de desconto (2015: 9,3% e 2014: 7,3%), devido ao aumento do prêmio de risco setorial e risco país; (ii) exclusão de projeto em andamento devido às mudanças decorrentes do Plano de Negócios e Gestão, no horizonte 2015 a 2019; (iii) deterioração dos preços de venda no mercado interno e externo do segmento sucroenergético.

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2015:

Investimento	Segmento	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Perda por desvalorização
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	Agricola	9,3%	8.454
Belem Bioenergia Brasil S.A. (*)	Agrícola	9,3%	244.949
Bambuí Bioenergia S.A. (**)	Etanol	9,3%	72.952
Guarani S.A.	Etanol	9,3%	216.991
Total			**543.346**

(*) Inclui a provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital (R$ 3.200)

(**) Inclui a provisão para baixa do adiantamento para futuro aumento de capital (R$ 5.000)

15. Fornecedores

	2015	2014
Terceiros no país	97.740	46.882
Terceiros no Exterior	5.133	4.284
Partes relacionadas	332.272	282.555
	435.145	**333.721**

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

16. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos eram compostos como segue:

	2015	2014
Ativo		
Circulante:	142.916	114.414
Petróleo Brasileiro (i)	8.085	9.026
Outras	151.001	123.440
Não Circulante:		
Guarani (iii)	176.431	-
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	59.614	270.544
Guarani (iii)	268.096	-
Outras	4.562	12.011
	332.272	282.555
Não circulante:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	367.473	23.122
Resultado		
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro (iV)	715.643	559.501
Custo dos produtos vendidos		
Petróleo Brasileiro (v)	(786.862)	(623.115)
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro (vi)	(112.150)	(93.560)
Resultado financeiro, líquido		
Petróleo Brasileiro (vii)	76.296	40.592

(i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestando serviços à Sociedade;

(iii) Provisão de R$ 268.096 da Sociedade na Guarani, referente ao último aporte, em 05 de janeiro de 2016; e consequente registro dos direitos de receber ações da Guarani, atualizado pelo seu valor recuperável (nota explicativa 24), no montante de R$ 176.431.

(iv) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2014 e 2015;

(v) Custo nas vendas de biodiesel junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

(vi) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2015 - R$ 87.917 e 2014 - R$ 52.755), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2015 - R$ 17.044 e 2014 - R$ 12.330), os serviços compartilhados (2015 - R$ 4.475 e 2014 - R$ 18.070), gastos com compartilhamento de custos e despesas – CCCD (2015 – R$ 11.264 e 2014 – R$ 8.792) e outros da Sociedade com a utilização da estrutura da Petrobras; e

(vii) Os valores referem-se as receitas oriundas das operações de REPETRO (2015 - R$ 110.755 e 2014 – R$ 40.592) e despesas, principalmente, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas (CCCD), que foram liquidados em dezembro 2015 (2015 - R$ 33.438).

A Sociedade firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro).

A Petrobras, remunera a Sociedade com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano *pro-rata* sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2015 foi auferida a receita de R$ 110.755.

As garantias concedidas pela Sociedade apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2015	2014
2014	437.161	1.003.397
2015	905.302	235.662
2016	2.918.537	1.310.609
2017	1.534.358	1.344
2018	1.195.208	493.612
2019	4.103.086	3.143.666
2020 em diante	7.363.913	2.502.969
	18.457.565	**8.691.259**

No exercício de 2015, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R$ 4.868 (2014 - R$ 4.585).

17. Tributos

17.1. Impostos e contribuições a recolher

A conta de impostos e contribuições a recolher em 31 de dezembro de 2015 e 2014 se compõe de:

	2015	2014
ICMS	1.423	1.969
IRRF	517	638
Outros tributos	329	206
	2.269	**2.813**

17.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2015	2014
Prejuízo antes dos impostos	(955.872)	(266.351)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	324.996	90.559
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	7.331	6.014
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(294.547)	(77.480)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(37.780)	(26.907)
Outros	-	7.814
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-

(*) Inclui equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R$ 1.200.789 e R$ 1.201.227 (2014 - R$ 1.058.486 e R$ 1.058.877). A Sociedade não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

18. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A Sociedade possui um limite de R$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerida pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2015, a sociedade utilizou o montante de R$ 41.790.

19. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía R$ 367.473 registrados no passivo não circulante (2014 - R$ 23.122) oriundos de adiantamentos efetuados pela controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, cuja intenção é o futuro aumento do capital social.

20. Benefícios concedidos a empregados

20.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2015, a contribuição da Sociedade para parcela de contribuição definida totalizou R$ 1.863 (2014 - R$ 1.662).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2016 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito à pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado

A contribuição esperada da Sociedade para 2016 é de R$ 3.111, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2015 é de 29,58 anos.

20.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Sociedade com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2015 é de 40,69 anos.

21. Patrimônio Líquido

Em 12 de fevereiro, 26 de setembro e 16 de dezembro de 2014, foram efetuados aumentos de capital no montante total de R$ 372.523, sendo R$ 362.102 integralizados ao capital social e R$ 10.421 de saldos remanescentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (nota explicativa 19), devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador.

Em 15 de abril, 26 de junho e 03 de dezembro de 2015, foram efetuados aumentos de capital no montante total de R$ 103.489, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 3.568.612 (2014 - R$ 3.465.123), está representado por 356.861.229 ações ordinárias (2014 – 346.512.279 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O efeito do ajuste de avaliação patrimonial de R$ 322.965 refere-se, principalmente, ao resultado ainda não realizado nas operações de hedge sobre as receitas que sofrem impacto cambial na investida Guarani, no exercício de 2015.

22. Receita de Vendas

	2015	2014
Receita bruta de vendas	895.557	725.152
Encargos de vendas	(126.821)	(102.111)
Receita de vendas	**768.736**	**623.041**

23. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2015	2014
Depreciação e amortização	(10.062)	(6.675)
Despesas com pessoal	(88.352)	(92.461)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(754.673)	(586.880)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(93.231)	(103.410)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (i)	461	(28.894)
Ajuste a valor justo do ativo biológico	-	31.393
Perda de inventário do ativo biológico	-	(9.206)
Diminuição pela venda de ativo biológico	-	(29.124)
Impostos e taxas	(842)	(46)
Outros	(244)	(523)
	(946.943)	**(825.826)**
Custo do produto vendido	(844.503)	(707.440)
Despesas com vendas	(6.675)	(5.846)
Honorários da Administração	(4.868)	(4.585)
Despesas gerais administrativas	(90.897)	(107.955)
	(946.943)	**(825.826)**

(i) Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo; e

24. Outras despesas (receitas), líquidas

	2015	2014
Assistência técnica e sementes	(6.839)	(6.635)
Incentivos fiscais (i)	21.563	17.689
Provisão para perdas contratuais (ii)	(91.665)	-
Perda na recuperação de ativo (iii)	(60.927)	-
Outras despesas líquidas (iv)	(23.805)	(21.964)
	(161.673)	**(10.910)**

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;

(ii) Provisão para perda (R$ 91.665) referente ao aporte de R$ 268.096 da Sociedade na Guarani, em 05 de janeiro de 2016, previsto no Acordo de Investimento;

(iii) Provisão para perdas oriundas dos testes de *impairment*, conforme nota explicativa 14.1.; e

(iv) Despesas com ociosidade (R$ 9.777) pelo baixo fator de utilização das usinas, desmobilização do projeto Pará (R$ 6.672), perda eventual referente ao adiantamento à Bioóleo pela prestação de serviço, conforme cláusula contratual (R$ 4.000) e serviços de engenharia (R$ 3.984);

25. Processos judiciais e contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2015	2014
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	1.281	1.126
Processos Fiscais	216	155
Processos Cíveis	11	32
	1.508	**1.313**

Os processos judiciais possíveis não provisionados, são apresentados a seguir:

	2015	2014
Processos Trabalhistas	10.528	8.218
Processos Fiscais	123	123
Processos Cíveis	-	30
	10.651	**8.371**

26. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas Financeiras - REPETRO (*)	110.755	40.592
Receitas de Aplicações Financeiras - TVM	2.329	1.056
Rec. Financeiras - contas a receber vendas	16	481
Descontos Obtidos	41	-
Juros Recebidos de Clientes	344	134
Despesas Financeiras - Terceiros	(143)	(892)
Despesas Financeiras - Partes Relacionadas (*)	(39.034)	-
Variação Cambial e Monetária	12	(215)
	74.320	**41.156**

(*) Detalhamento na nota explicativa 16 - item vii

27. Compromissos

Convênios: Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais

No âmbito da sua atuação no semiárido, a Sociedade firmou dois Convênios com os governos estaduais da Bahia e do Ceará para atendimento aos agricultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona e girassol e óleo de dendê.

No Governo do Estado do Ceará o Convênio para atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona, prevê, além de assistência técnica e preparo mecanizado de solo, a adubação da área com foco no aumento da produção e da produtividade.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

Este convênio não obriga a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer obrigação financeira para a Sociedade. Os compromissos ora firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado um convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Selo Combustível Social e produção de biodiesel

28. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

A Sociedade reconhece o contas a receber, no momento inicial, pelo valor da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensura pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzido das perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2015	2014
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.246	46
Contas a receber	192.303	140.853
Passivos		
Fornecedores		
Terceiros	258.714	333.721

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A Sociedade utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos e transações de vendas. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Sociedade, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

d) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Sociedade não tem fluxos operacionais em outras moedas.

29. Cobertura de seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO CAMPELLO
Presidente

ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Conselheiro

PATRICK HORBACH FAIRON
Conselheiro

RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Presidente

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Diretor

ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA
Diretor

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Diretor

EDUARDO DAMÁZIO DA SILVA REZENDE
Contador
CRC-RJ-084.155/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionista
Petrobras Biocombustível S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Biocombustível S.A. (a "Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela Determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Transações com o acionista controlador
Chamamos a atenção para as Notas 1 e 16 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras e que, portanto, a Sociedade mantém saldos e realiza operações em montantes significativos com o controlador nas condições nelas descritas. Adicionalmente o acionista controlador tem efetuado aportes de capital para cobrir a geração de caixa operacional negativa, capital de giro e investimentos para expansão das operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Operação Lava Jato
Chamamos a atenção para a Nota 4 às demonstrações contábeis, na qual a Sociedade descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos
Informação suplementar – demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1"S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. (12 DE ABRIL DE 2015)

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Biocombustível S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração relativo ao exercício social de 2015, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, datado de 12 de abril de 2016, bem como examinou o Orçamento de Capital relativo ao exercício social de 2016, compreendendo investimentos totais de R$ R$ 439.731.189,45 (quatrocentos e trinta e nove milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A., prevista para ser realizada em 25 de abril de 2016.
2. Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, essas matérias estão em conformidade com os dispositivos legais e estatutários e, com base nos exames efetuados, e à vista do parecer favorável da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, datado de 12 de abril de 2016, emitido com ênfase acerca das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na referida Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2015

Wilson Rodolfo de Souza Gomes

Presidente

André Mary Sampaio

Conselheiro

Pricilla Maria Santana

Conselheiro